

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.689 - CE (2019/0000442-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : SERGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR
ADVOGADOS : ALEXANDRE RODRIGUES MAIA FILHO E OUTRO(S) - CE021765
THIAGO PARENTE CAMARA - CE027631
MARIANA DE OLIVEIRA DA SILVA - CE035035
JANAINA ALENCAR VIEIRA DE SOUZA - CE036762
AGRAVADO : INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por SERGIO DE ARAÚJO LIMA AGUIAR, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DÉBITO ORIUNDO DE IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO E A EMBRATUR. ACÓRDÃO DO TCU. DESNECESSIDADE. VALOR INFERIOR AO LIMITE FIXADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (ART. 11, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56/2007. CONSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA, INSCRIÇÃO DO DÉBITO. EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE. DEVIDO PROCESSO LEGAL. OBSERVÂNCIA. PROVIMENTO.

1. Hipótese de apelação interposta pela EMBRATUR em face de sentença que declarou nula a cobrança de débito de natureza não tributária - CDA nº 263/2011 - objeto da Execução Fiscal nº.0008253-62.2011.4.05.8100, ao argumento de que na ausência de Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU, não haveria título executivo e, por conseguinte, extinguiu-o processo sem resolução de mérito.

2. Nos termos art. 39, *caput* e §2º, da Lei nº 4.320/64; a Dívida Ativa não tributária é constituída pelos créditos da Fazenda Pública que não provêm de obrigação legal relativa a tributos e respectivas multas, tais como créditos provenientes de 'indenização', 'reposições', 'restituições', bem como aqueles créditos decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

3. Uma vez constatado que o valor atualizado da dívida executada (apurada em procedimento administrativo de Prestação de Contas do Convênio nº 76/1998) é inferior ao limite fixado pelo Tribunal de Contas da União no art. 11, da Instrução Normativa nº 56/2007 e que, por tal razão, o encaminhamento da Tomada de Contas Especial

à Corte de Contas fica dispensado (art. 5º, inciso III e § 2º, da aludida Instrução Normativa), a decisão administrativa da EMBRATUR tem força de título executivo extrajudicial, de dívida de natureza não tributária, apto a justificar a sua inscrição e a utilização do procedimento instituído pela Lei nº 6.830/80. Deve ser afastada, portanto, a anulação da Execução Fiscal nº 0008253-62.2011.4.05.8-100 declarada na sentença.

4. No mérito, ao contrário do alegado pelo embargante, constata-se a certeza e a liquidez do título executivo extrajudicial, constituído mediante prévio procedimento administrativo, no qual houve notificação prévia e lhe foi dada a possibilidade de defesa, razão pela qual fica evidenciado o direito da autarquia embargada de cobrar a dívida em questão, pela via do executivo fiscal.

5. Apelação provida" (fls. 968/969e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 71, II e VIII, da Constituição Federal, 1º, 5º, I e VII, 6º, 9º da Lei 8.443/92 e à Lei 6.830/80, argumentando que: **(a)** "é forçoso se concluir que a utilização de processo administrativo paralelo à tomada de contas especial contrariaria o princípio da legalidade, eis que, ante a ausência de previsão legal expressa, não cabe a União instaurar processo administrativo, no âmbito do próprio órgão ou entidade credora, que pode culminar a inscrição em dívida ativa e o ajuizamento de execução fiscal" (fl. 995e); **(b)** "a execução fiscal não se apresenta como meio legítimo para que a cobrança discutida no bojo dos autos seja efetivada, por carecer o título executivo (CDA) de certeza e liquidez, requisito indispensável à CDA" (fl. 982e); **(c)** "o Tribunal de Contas da União é o órgão competente para julgar as contas de recursos federais administrados por gestores públicos, tratando-se de competência exclusiva, que não pode ser delegada a outros órgãos públicos" (fl. 986e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1.008/1.015e), negado seguimento ao Recurso Especial (fl. 1.018e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.021/1.038e).

Apresentada a contraminuta a fls. 1.043/1.045e.

A irresignação não merece acolhimento.

Inicialmente, o Recurso Especial não constitui a via adequada para análise de maltrato a dispositivo de índole constitucional, matéria da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, **a**, da Constituição Federal.

Quanto à alegada violação à Lei 6.830/80, cumpre esclarecer que a indicação de ofensa genérica à lei, sem indicar, de forma clara e individualizada, os dispositivos tidos por violados, implica deficiência de fundamentação, atraindo a incidência, por analogia, da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o

recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

No que diz respeito ao mérito, verifica-se que a Corte de origem decidiu a controvérsia com base na Instrução Normativa 56/2007 do TCU, nos seguintes termos:

"Nos termos art. 39, *caput* e §2º, da Lei nº 4.320/641, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.735/1979, a Dívida Ativa não tributária é constituída pelos créditos da Fazenda Pública que não provêm de obrigação legal relativa a tributos e respectivas multas, tais como créditos provenientes de 'indenização', 'reposições', 'restituições', bem como aqueles créditos decorrentes de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Uma vez constatado que o valor atualizado da dívida executada (apurada em procedimento administrativo de Prestação de Contas do Convênio nº 76/1998) é inferior ao limite fixado pelo Tribunal de Contas da União no art. 11, da Instrução Normativa nº 56/2007 e que, por tal razão, o encaminhamento da Tomada de Contas Especial à Corte de Contas fica dispensado (art. 5º, inciso III e § 2º, da aludida Instrução Normativa), a decisão administrativa da EMBRATUR tem força de título executivo extrajudicial, de dívida de natureza não tributária, apto a justificar a sua inscrição e a utilização do procedimento instituído pela Lei nº 6.830/80.

Desse modo, à luz de tal diretriz normativa, deve ser afastada, a anulação da Execução Fiscal nº 0008253-62.2011.4.05.8100 declarada na sentença.

Adentrando no mérito, tem-se que um dos argumentos do embargante para afastar a liquidez e certeza do título executivo extrajudicial, ora impugnado, é que não lhe foi dado a oportunidade de ampla defesa, no processo administrativo instaurado no âmbito da EMBRATUR para fins de prestação de contas.

No entanto, a análise da vasta documentação acostada aos autos, ademais da validade dos atos praticados, revela a certeza e a liquidez do título executivo extrajudicial, constituído mediante prévio procedimento administrativo, no qual houve notificação do embargante e lhe foi dada a possibilidade de defesa, razão pela qual fica evidenciado o direito da autarquia embargada de cobrar a dívida em questão, pela via do executivo fiscal" (fls. 965/966e).

Assim, inviável o conhecimento do Recurso Especial quanto à alegação de ofensa aos arts. 1º, 5º, I e VII, 6º, 9º da Lei 8.443/92, porquanto seria meramente reflexa, sendo imprescindível para a modificação da controvérsia a análise da supracitada Instrução Normativa.

Com efeito, o conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, **a**, da Constituição Federal, deve ser considerado em seu sentido estrito, não

compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos.

Ademais, considerando a fundamentação adotada na origem, no sentido de que a análise da documentação dos autos revela a certeza e a liquidez do título executivo em comento, o acórdão recorrido somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que é vedado, no âmbito do Recurso Especial, pela Súmula 7 desta Corte.

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço do Agravo para não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora